

Quarta-feira
27 Janeiro 2010

Público
P

Imobiliário

Confederação Portuguesa da
Construção e do Imobiliário quer
trabalho do sector mais reconhecido

Reis Campos diz que é “fundamental que se tome consciência da importância das actividades da construção e do imobiliário para o país e para a economia” (**Página 09**)

Empreendimento

“Só poderemos superar a crise se houver uma aposta na construção e no imobiliário”

Reis Campos, eleito presidente da CPCI, falou dos seus objectivos para o mandato e das expectativas do sector relativamente ao Orçamento de Estado para 2010

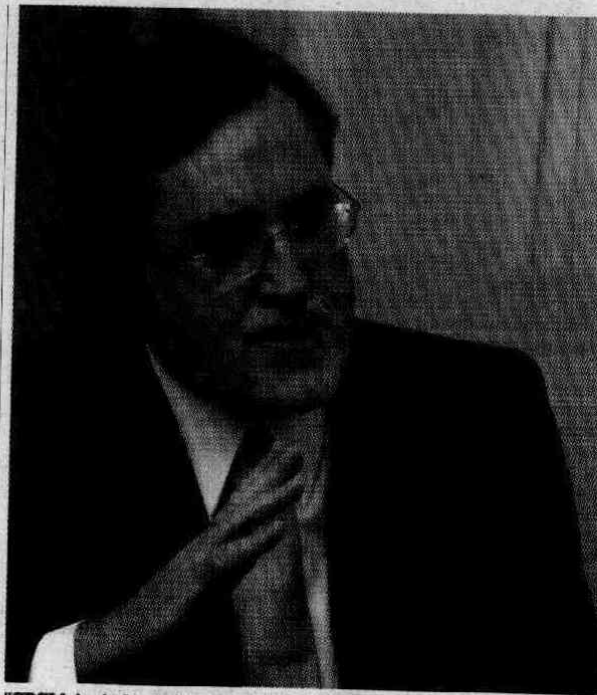
Rui Pedro Lopes

PÚBLICO Imobiliário - Foi eleito, na passada semana, primeiro presidente da história da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI). Considera que este facto lhe traz responsabilidades acrescidas?

Reis Campos - É uma honra e sobretudo uma grande responsabilidade ser o primeiro presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, na medida em que considero que esta confederação veio preencher uma clara lacuna na estrutura associativa nacional, pelo que o nosso desafio é afirmar o seu papel, no plano institucional de acordo com a dimensão e o peso que o sector representa na economia e no emprego.

Quais serão os principais desígnios do seu mandato?

A nossa primeira missão é dar voz às necessidades de um importante e vasto sector que, até à data, nunca foi representado e defendido ao mais alto nível de forma coerente e organizada. Este objectivo, é essencial face ao peso que a construção e o imobiliário têm, quer no plano económico, quer na vertente social. Correspondemos a cerca de 18 por cento do PIB, representamos 15 por cento do total do emprego, com 800 mil trabalhadores, 49,7 por cento do investimento e cerca de 200 mil empresas, ou seja, 16 por cento do total. Por isso, vamos ter um papel activo na discussão de todas as medidas que afectem directa ou indirectamente o sector, como será o caso do futuro Orçamento de Estado para este ano. É fundamental que se tome consciência da importância das actividades da construção e do imobiliário para o país e para a economia, na medida em que geram riqueza, asseguram emprego e promovem o investimento privado, nacional e estrangeiro, que, sobretudo neste momento, é



“CPCI foi criada e orienta-se por interesses comuns e são estes que justificam a sua existência”, diz Reis Campos

essencial saber captar. Esteve na presidência da Comissão Instaladora desta confederação. Que balanço faz do trabalho desenvolvido?

A Comissão Instaladora cumpriu o papel que lhe competia sempre com um espírito de forte empenho e consenso entre os seus membros. Preparámos e realizámos as primeiras eleições, um passo essencial para a operacionalização e consolidação da CPCI. Porém, neste momento, importa, sobretudo, atender ao trabalho que está a ser desenvolvido pela Confederação e, a este respeito, não tenho dúvidas em afirmar que o balanço só pode ser positivo. De facto, estamos a falar de uma estrutura constituída

há cerca de seis meses que, desde logo, foi objecto de reconhecimento público, designadamente por parte do Ministro das Obras Públicas.

Afirmou recentemente que “os últimos tempos têm sido marcados pelo impasse e pela falta de uma visão estratégica relativamente à construção e ao imobiliário, com graves consequências para as empresas do sector e para o país”. Quem é o principal responsável por este impasse e o que é preciso fazer para dar a volta à situação? É preciso tomar consciência de que só é possível superar a crise, crescer e atingir níveis de desenvolvimento próximos dos nossos parceiros comunitários se

houver uma aposta decisiva nestas actividades. É necessário que, de uma vez por todas, o Governo seja capaz de planear e concretizar, sob pena da total descredibilização dos processos públicos de decisão. Portugal não pode continuar a avançar aos solavancos. Queremos um Governo que saiba desempenhar o seu papel com eficácia, capaz de implementar uma estratégia de desenvolvimento e crescimento económico forte e sustentado, não sendo fonte de ineficiências ou de obstáculos, nem impondo condicionalismos injustificados à iniciativa empresarial. Queremos um Estado que transmita confiança aos agentes económicos, condição imprescindível para elevar os níveis de produtividade e a competitividade da nossa economia.

A CPCI apresentou um conjunto de propostas ao Governo a incluir no Orçamento de Estado (OE) 2010. Qual foi a receptividade do Executivo liderado por José Sócrates?

As propostas que defendemos são orientadas no interesse do País, tendo por base a importância da construção e do imobiliário para travar o desemprego e garantir níveis de desenvolvimento que permitam inverter a actual situação económica. Por isso, estou certo que os diversos Grupos Parlamentares e o próprio Governo, na discussão do Orçamento de Estado que se irá iniciar na Assembleia da República, não deixarão de ser receptivos às nossas preocupações e recomendações.

Quais são as vossas expectativas para este OE?

Queremos um OE 2010 que, alicerçado em mais e melhor investimento, seja capaz de criar mais emprego e de gerar mais crescimento para o País. Com efeito, o investimento nas actividades da construção e do imobiliário no nosso País, conheceu uma redução de 26 por cento, de 2002 a 2008. Adicionalmente, os últimos dados disponíveis para 2009, relativos ao terceiro trimestre, indicam uma

contração homóloga de 9,4 por cento. Nesta conjuntura de profunda recessão que se prolonga há oito anos consecutivos, a manutenção dos mais de 770 mil postos de trabalho, assegurados directamente pelas nossas empresas só será possível se forem, efectivamente, criadas as condições que permitam a convergência com os restantes países europeus, cujos Planos Anti-Crise assentam largamente no investimento nas actividades da construção e do imobiliário. Neste sentido, a par da concretização do Plano de Investimentos em Infra-Estruturas, mediante o estabelecimento e rigoroso cumprimento de uma adequada calendarização, defendemos a criação de um quadro de suporte financeiro estável, adequado e integrado na estratégia orçamental, capaz de criar condições para que este Plano de Investimentos se concretize nos moldes estabelecidos, permitindo, desta forma, acelerar o processo de recuperação económica e a criação de emprego. É ainda essencial a captação e dinamização do investimento privado, pelo que consideramos urgente combater os custos de contexto, nomeadamente através da redução da burocracia e do tempo despendido nos licenciamentos. Por outro lado, no actual período de crise financeira, é necessário apoiar o investimento privado com novas linhas de crédito e incentivos fiscais ao investimento, por forma a garantir que os projectos de interesse local e nacional, capazes de promover o emprego e de gerar benefícios a médio e longo prazo, encontrem as condições de financiamento adequadas. Consideramos também fundamental o imediato pagamento das dívidas do Estado às empresas. Por fim, é também essencial garantir apoios efectivos à internacionalização da construção e do imobiliário, em particular das PME's, pelo que há que criar condições para potenciar uma fileira que é já uma das mais dinâmicas ao nível das exportações.